



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



CRENCIAMENTO Nº 13/2025

O **MUNICÍPIO DE ALTEROSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Praça Getúlio Vargas, nº 310, Centro, Alterosa, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.243.238/0001-03, por intermédio do Prefeito Municipal, **Marcelo Nunes de Souza**, da Agente de Contratação e sua respectiva Equipe de Apoio designada pela Portaria nº 10, de 02 de Janeiro de 2025 e através da motivação pela Secretaria Municipal de Saúde, torna público a abertura do **Processo Administrativo nº 212/2025**, na modalidade de **Inexigibilidade de Licitação nº 111/2025, Credenciamento nº 13/2025**, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, artigos 74 e 79 e seus incisos e pelas demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

O Credenciamento será regido na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, Decreto Municipal de nº 421/2024, "Que regulamenta a modalidade Credenciamento no âmbito de Alterosa/MG".

A utilização da forma presencial da modalidade Credenciamento se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei nº 14.133/2021 dá um prazo maior de 06 (seis) anos para os municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes, contados da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

II – da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

Além da previsão constante na Legislação Federal, o Decreto Municipal de nº 421/2024, que regulamenta os procedimentos a serem realizados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece no Art. 115. *Quando a licitação for realizada de forma presencial, a sessão deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, sendo a gravação juntada aos autos do processo licitatório pertinente, consoante disposição expressa no art. 176 da citada lei desde que justificada no edital e suas disposições preliminares (...)*

A Lei Federal nº 14.133/2021, (art. 17), assim como o Decreto Municipal de nº 421/2024, (art. 1º § 3º) diz que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo cujo arquivo será acostado ao processo administrativo.

O edital de Credenciamento em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Descrição do Item;
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento;
- c) Anexo III – Declaração (cumprimento do art.7º, inciso XXXIII da CF);
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Nepotismo no âmbito da Administração Pública;
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
- f) Anexo VI – Minuta do Contrato;
- g) Anexo VII – Termo de Referência.

01 - OBJETO DO CRENCIAMENTO

- 1.1. - O presente edital tem como objetivo o **CRENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS)**, A



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÓTESES A SEREM FORNECIDAS PELA REDE PÚBLICA, conforme quantidades estimadas constantes do anexo VII.

OBSERVAÇÕES:

- a) - Os serviços propostos e eventualmente contratados serão executados pela Proponente Credenciada, obedecendo às normas e especificações técnicas que regulamentam este tipo de procedimento, utilizando materiais e mão de obra de primeira linha, de modo que os serviços executados tenham padrões de qualidade compatíveis com os de mercado;
- b) - Os Pacientes serão selecionados nas Unidades de Saúde Locais, pela Equipe de Saúde Bucal do Município, de acordo com critérios que levarão em conta: condições socioeconômicas, condições de saúde bucal, urgência da intervenção, ordem de atendimento e demanda contratada;
- c) - Após a seleção do paciente pela Equipe de Saúde Bucal, o beneficiado será encaminhado para o atendimento, quando dará início aos procedimentos odontológicos;
- d) - O prazo de execução dos serviços de prótese total e parcial será de 30 dias, contados a partir da primeira consulta do Paciente;
- e) - A produção mensal das próteses será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Alterosa/MG, que mensalmente irá autorizar ao laboratório contratado a confecção das mesmas conforme demanda existente;
- f) - Todos os serviços correlatos, compreendendo consultas iniciais, avaliação para encaminhamento serão realizados por profissional odontólogo da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) - A produção de próteses dentárias fica sujeita à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da capacidade de oferta apresentada pelo Credenciado;
- h) - De forma alguma o contrato virá a criar vínculo empregatício, sendo o(a) CONTRATADO(A) responsável por todos os encargos e impostos que virem a incidir sobre o valor deste contrato;
- i) - O prestador deverá, obrigatoriamente, REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, NO TODO OU EM PARTE, quaisquer próteses dentárias, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes dos serviços ou dos materiais empregados, dentro de um período de garantia de 03 (três) meses;
- j) - Os serviços deverão ser realizados a partir da assinatura do contrato.

02 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RESPECTIVO ELEMENTO DE DESPESA

- 2.1. - As Dotações Orçamentárias destinadas ao pagamento dos objetos licitados são as previstas na Lei Orçamentária Anual de 2025:

02.005 - EXECUTIVO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1011 - ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE
10.301 - Saúde / Atenção Básica



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



2.137 - MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA
655 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

03 - RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

- 3.1. - A documentação necessária a habilitação do credenciamento (item 04 do Edital) deverão ser colocados em **envelopes separados, indevassáveis, sob pena de desqualificação, sendo identificados da seguinte forma:**

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 111/2025
CREDENCIAMENTO Nº 13/2025
MUNICÍPIO DE ALTEROSA - ESTADO DE MINAS GERAIS
A/C DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 3.2 – Somente serão admitidas a participar deste CREDENCIAMENTO, as pessoas jurídicas que aceitem as exigências estabelecidas neste edital, inclusive quanto ao preço estipulado.
- 3.3. – **O prazo de recebimento do envelope para credenciamento, será do dia 01/09/2025 a 10/09/2025 até as 07h30min (sete horas e trinta minutos), na Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG – Telefone: (35) 3294-2545.**
- 3.4. – Os envelopes serão recebidos, abertos, analisados, conferidos, verificando as exigências do Edital, pela Comissão Permanente de Licitação, da seguinte forma:

ABERTURA DO ENVELOPE “ DOCUMENTAÇÃO”:
LOCAL: Sede do Setor de Compras e Licitações, Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG.
TELEFONE: (35) 3294-2545
DIA: 10/09/2025
HORÁRIO: às 08h00min (oito horas)

- 3.5. – Este Chamamento Público **ficará aberto para interessados se credenciarem a qualquer tempo**, dentro de sua vigência, assim, sendo aberto e conferido, após 05 (cinco) dias úteis subsequentes a sua entrega, podendo ser prorrogado por igual período, e divulgado resultado através de Ata, no site da Prefeitura: <https://www.alterosa.mg.gov.br>.
- 3.6 - O MUNICÍPIO DE ALTEROSA não se responsabilizará por envelope “Documentação” que não sejam entregues ao Agente de Contratação designado, no local, data e horários definidos no item 3.3 e 3.4.

04 – DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

- 4.1. - Será exigida para **HABILITAÇÃO** a apresentação dos documentos, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes “Documentação”, conforme segue:



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



4.1.1. – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

4.1.1. - REGULARIDADE JURÍDICA:

- 4.1.1.1. - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 4.1.1.2. - Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede da proponente, com validade máxima de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão;
- 4.1.1.3. - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.1.1.4. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.1.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 4.1.2.1. - Certificado de Regularidade para com o fundo de Garantia de Tempo de Serviço- FGTS (Lei nº 8.036/90, artigo 27);
- 4.1.2.2. - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 4.1.2.3. - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos com a Receita Federal e quanto a Dívida Ativa da União e Previdência Social);
- 4.1.2.4. - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 4.1.2.5. - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, sendo do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 4.1.2.6. - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.1.3. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 4.1.3.1. - Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou ou está prestando, a contento, serviços em características compatíveis ao objeto ora licitado.
- 4.1.3.2. - Alvará Sanitário em vigor, referente ao estabelecimento onde serão executadas as próteses, conforme determina a Resolução da ANVISA RDC nº 302, de 13/10/2005.
- 4.1.3.3. - Comprovação de registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente, em nome da pessoa



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



jurídica, mediante apresentação do Registro do laboratório de Próteses Dentárias junto ao Conselho Regional de Odontologia – CRO.

- 4.1.3.4. - Comprovação de cumprimento da Nota Técnica do Ministério da Saúde sobre o credenciamento de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias – LRPD mediante a apresentação da Ficha de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). O estabelecimento de saúde que irá confeccionar a prótese dentária (LRPD) deve ser cadastrado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) da seguinte forma: caso caracterize-se como estabelecimento isolado, deve ser cadastrado com o tipo de estabelecimento: 39 – Unidade de Saúde de Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT (estabelecimento 39), subtipo; 03 – Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD e com Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 – Laboratório Regional de Prótese Dentária. O laboratório deverá possuir, no mínimo, um profissional com o CBO: 3224-10 – Protético Dentário e/ou CBO: 2232 – Cirurgião Dentista (qualquer CBO dentro desta família), ambos com carga horária ambulatorial SUS.

4.1.4. - DEMAIS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES:

- 4.1.4.1. - Carta de Credenciamento. (MODELO ANEXO II);
- 4.1.4.2. - Comprovante ou Declaração que dá cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, onde proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (MODELO ANEXO III);
- 4.1.4.3. - Declaração de que a proponente tem conhecimento sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública municipal, que não contrata familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança e que preste serviço nesta entidade. (MODELO ANEXO IV);
- 4.1.4.4. - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório. (MODELO ANEXO V).
- 4.2. - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos documentos originais sejam apresentados **na reunião de abertura dos envelopes de habilitação**, para a devida autenticação.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 4.3. - Os documentos deverão ser apresentados em envelope, **lacrado**, devidamente identificado, **se possível em papel formato A4**.
- 4.4. - Não serão admitidas na licitação empresas impedidas de licitar em razão de penalidades anteriores, bem como as que se encontre em falência ou recuperação judicial.
- 4.5. - No caso de Certidões Negativas que não conste data de validade, serão aceitas com a data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- 4.6. - Os documentos retirados da Internet terão sua autenticidade certificada junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 4.7. - Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.
- 4.8. - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se o original for substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas.

05 - AMOSTRAS

- 5.1. - As empresas credenciadas **DEVERÃO APRESENTAR**, 01 (uma) amostra dos produtos, objeto deste edital, dos quais for consagrada credenciada, atendendo rigorosamente as especificações dos materiais contidas no Termo de Referência e na proposta apresentada, em até **03 (três) dias úteis** após a realização do credenciamento, na Secretaria Municipal de Saúde, Equipe de Saúde Bucal, localizada à Rua Simplicio Cabral Sobrinho, nº 13, Bairro Cruzeiro, horário das 7h00min às 16h00min, considerando dias úteis.
- 5.2. - A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do Credenciado, e dispor na embalagem de informações quanto as suas características e descrições, número do item e sua correspondente descrição.
- 5.3. - As amostras serão analisadas pela EQUIPE DE SAÚDE BUCAL, da Secretaria Municipal de Saúde, ficando desclassificadas as que não estiverem de acordo com as exigências previstas neste edital.
- 5.4. - A empresa que deixar de apresentar amostras ou apresentar amostras em desconformidade com as especificações editalícias será DESCLASSIFICADA.
- 5.5. - As exigências acima enumeradas deverão ser obedecidas sob pena de desclassificação da licitante.
- 5.6. - As amostras ficarão retidas, para comparação com os produtos solicitados e serão devolvidas no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência do Credenciamento.

06 - DA SESSÃO DO CREDENCIAMENTO

- 6.1. - Este Chamamento Público ficará aberto para os interessados se credenciarem em qualquer momento, **dentro do período de sua vigência**, desde que apresentarem as documentações em conformidade com o Edital.
- 6.2. - O prazo de vigência deste Chamamento Público será de **12 (doze) meses**, a contar da data de abertura para o início de credenciamento.
- 6.3. - O envelope a que se refere o item 03 e subitens deste Edital, contendo respectivamente os



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



documentos de credenciamento deverá ser entregue no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Alterosa, situada na Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG. Horário de atendimento das 07h00min às 11h00min e 12h30min às 15h30min.

- 6.4. - Os interessados que encaminharem os envelopes de documentações posteriormente à data marcada para abertura dos envelopes **(10/09/2025)**, dentro da vigência deste Chamamento Público, serão recebidos, abertos, analisados, conferidos, verificando as exigências do Edital pela Comissão Permanente de Licitação, em até 05 (cinco) dias úteis subsequente à sua entrega, podendo ser prorrogado por igual período.
- 6.5. - Declarado habilitado, serão inseridos imediatamente após o último colocado da lista de credenciamento no sistema de rodízio, observada a ordem cronológica de recebimento de solicitação de credenciamento pela Comissão de Licitação, que deverá ser convocado para trabalhar de acordo com as necessidades de demandas da Prefeitura.
- 6.6. - Os interessados deverão entregar toda a documentação pertinente num único ato, não sendo permitida a entrega fracionada, exceto nos casos previstos neste próprio Edital.

07 - DO JULGAMENTO

- 7.1. - O critério de julgamento será por Ordem Cronológica para futuras contratações, garantido os padrões de qualidade no atendimento;
- 7.2. - A Agente de Contratação, juntamente com a comissão de licitação, examinará a aceitabilidade da documentação classificada.
- 7.3. - A Agente de Contratação deverá analisar os documentos apresentados, visando sua originalidade e aceitação, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos meios possíveis para a correspondente verificação.
- 7.4. - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será a proponente declarada credenciada, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 7.5. - Aberto o invólucro "DOCUMENTAÇÃO", em havendo restrição quanto a regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Agente de Contratação.
- 7.6. - Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela e pelas proponentes.

08 - DOS RECURSOS

- 8.1. - Os casos omissos ou dúvidas oriundas do presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitação, no endereço constante deste edital, ou pelo email: compras@alterosa.mg.gov.br, no horário de expediente.
- 8.2. - Caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do ato que decide pelo credenciamento ou não credenciamento.
- 8.3. - Todas as impugnações e recursos somente serão recebidos se protocolados junto à Comissão de Licitação, na Rua Dom Pedro II, nº 54, Centro, Alterosa/MG, a qualquer tempo, na qual deseje se credenciar.
- 8.4. - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, não protocolizados na Secretaria e ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



não identificado no processo para responder pelo licitante.

8.5. – Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

09 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 9.1. – Inexistindo manifestação recursal, a Comissão de Licitação adjudicará o objeto do processo administrativo à(s) proponente(s) credenciada(s), com a posterior homologação de resultado pelo Sr. Prefeito Municipal.
- 9.2. – Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Sr. Prefeito Municipal adjudicará e homologará o procedimento licitatório em favor da(s) proponente(s) credenciada(s).
- 9.3. – O(s) proponentes(s) classificado(s) será(ão) convocado(s) oportunamente, fixando o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para o atendimento à mencionada convocação e assinatura do termo contratual.

10 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. - Os serviços propostos e eventualmente contratados serão executados pela Proponente Credenciada, obedecendo às normas e especificações técnicas que regulamentam este tipo de procedimento, utilizando materiais e mão de obra de primeira linha, de modo que os serviços executados tenham padrões de qualidade compatíveis com os de mercado;
- 10.2. – Os pacientes serão selecionados nas Unidades de Saúde locais, pela Equipe de Saúde Bucal do Município, de acordo com critérios que levarão em conta: condições socioeconômicas, condições de saúde bucal, urgência da intervenção, ordem de atendimento e demanda contratada;
- 10.3. - Após a seleção do paciente pela Equipe de Saúde Bucal, o beneficiado será encaminhado para o atendimento, quando dará início aos procedimentos odontológicos;
- 10.4. - O prazo de execução dos serviços de prótese total e parcial será de 30 dias, contados a partir da primeira consulta do paciente;
- 10.5. - A produção mensal das próteses será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Alterosa/MG, que mensalmente irá autorizar ao laboratório contratado a confecção das mesmas conforme demanda existente;
- 10.6. - Todos os serviços correlatos, compreendendo consultas iniciais, avaliação para encaminhamento serão realizados por profissional odontólogo da Secretaria Municipal de Saúde;
- 10.7. - A produção de próteses dentárias fica sujeita à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da capacidade de oferta apresentada pelo Credenciado;
- 10.8. - Os serviços serão executados no laboratório da credenciada.

11 – DO SUPORTE LEGAL

- 11.1. – O presente Chamamento Público para Credenciamento de prestação dos serviços de que este instrumento convocatório trata dar-se-á de forma direta, por Inexigibilidade de Licitação, com arrimo nos dispostos da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, especificamente nos artigos e seus incisos:



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



Lei 14.133/2021, Art. 6º

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;"

Lei 14.133/2021, Art. 79

O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

12 - CONDIÇÕES PARA FATURAMENTO / PAGAMENTO

- 12.1. - O pagamento será efetuado, em parcela única, até o 15º dia subsequente ao mês da realização dos serviços, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Secretaria Municipal, com a quantidade e valores monetários referentes à execução;
- 12.2. - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação pela Secretaria Municipal. A Nota Fiscal que apresentar incorreção será devolvida à ADJUDICATÁRIA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo ADJUDICANTE.

13 - DAS SANÇÕES

- 13.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
 - 13.1.1. - Dar causa à inexecução parcial do contrato; -
 - 13.1.2. - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 13.1.3. - Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 13.1.4. - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 13.1.5. - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 13.1.6. - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.1.7. - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 13.1.8. - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 13.1.9. - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 13.1.10. - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 13.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

- 13.1.12. - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 13.1.13. - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 13.2.1. - Advertência pela falta do subitem 12.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 13.2.2. - Multa de 20 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1. a 13.1.3.;
 - 13.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.3 a 13.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 13.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Prefeitura Municipal, da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8. a 13.1.13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 13.3. - Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2. - as peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.3.4. - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal;
 - 13.3.5. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.5. - O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.
- 13.6. - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.8. - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 13.9. - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.10. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.11. - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 14.133, independentes de menção expressa neste documento. Fica reservado ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA o direito de promover diligências conforme disposto no art. 159 da Lei nº 14.133/21, cujas condições serão fixadas no próprio termo.
- 14.2. - As decisões da Comissão de Licitação do MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, serão publicadas no Site da Prefeitura Municipal de Alterosa, podendo ser aplicado o disposto no art. 8 da Lei nº 14.133/21 e art. 94 da Lei Orgânica do Município.
- 14.3. - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 14.4. - As proponentes interessadas terão direito a vista ao processo tanto das Propostas Comerciais quanto dos Documentos de Habilitação apresentados.
- 14.5. - É vedado a proponente retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão.
- 14.6. - O presente credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 14.7. - A Comissão de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura do credenciamento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo para esse fim específico.
- 14.8. - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, a Comissão devolverá as proponentes, julgadas desclassificadas, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" inviolados, no encerramento do credenciamento.
- 14.9. - Impugnações aos termos deste edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por proponente, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico compras@alterosa.mg.gov.br, ou protocolizada na Prefeitura Municipal, dirigida a Comissão de Licitação, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 14.9.1. - A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo proponente, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF.
- 14.10. - As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas por escrito até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes a Comissão de Licitação, na Sede do Setor de Compras e Licitações, no horário de 07h00min às 11h00min e 12h30min às 16h00min. Outras informações relativas à presente licitação poderão ser obtidas através do telefone (35) 3294-2545, pelo e-mail compras@alterosa.mg.gov.br ou pelo site www.alterosa.mg.gov.br.
- 14.11. - Fica eleito o foro da Comarca de Areado, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Alterosa - MG, 28 de agosto de 2025.

Marcelo Nunes de Souza
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I

PROCESSO N° 212/2025
INEXIGIBILIDADE N° 111/2025
CREDENCIAMENTO N° 13/2025

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI D	QUAN T	VALOR UNITÁRIO O – A – R\$	VALOR UNITÁRIO – B – R\$	VALOR UNITÁRIO – C – R\$	MÉDIA – VALOR UNITÁRIO – R\$	MÉDIA – VALOR TOTAL – R\$
01	PRÓTESE TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL	UNI D	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,0 0
02	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	UNI D	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,0 0
03	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	UNI D	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,0 0
04	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	UNI D	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,0 0

Observações:

- Os serviços propostos e eventualmente contratados serão executados pela Proponente Credenciada, obedecendo às normas e especificações técnicas que regulamentam este tipo de procedimento, utilizando materiais e mão de obra de primeira linha, de modo que os serviços executados tenham padrões de qualidade compatíveis com os de mercado.
- Os pacientes serão selecionados nas Unidades de Saúde Locais, pela Equipe de Saúde Bucal do Município, de acordo com critérios que levarão em conta: condições socioeconômicas, condições de saúde bucal, urgência da intervenção, ordem de atendimento e demanda contratada.
- Após a seleção do Paciente pela Equipe de Saúde Bucal, o beneficiado será encaminhado para o atendimento, quando dará início aos procedimentos odontológicos.
- O prazo de execução dos serviços de prótese total e parcial será de 30 dias, contados a partir da primeira consulta do Paciente.
- A produção mensal das próteses será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Alterosa/MG, que mensalmente irá autorizar ao laboratório contratado a confecção das mesmas conforme demanda existente.
- Todos os serviços correlatos, compreendendo consultas iniciais, avaliação para encaminhamento serão realizados por profissional odontólogo da Secretaria Municipal de Saúde.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- g. - A produção de próteses dentárias fica sujeita à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da capacidade de oferta apresentada pelo Credenciado.
- h. - De forma alguma o contrato virá a criar vínculo empregatício, sendo o(a) CONTRATADO(A) responsável por todos os encargos e impostos que virem a incidir sobre o valor deste contrato.
- i. - O prestador deverá, obrigatoriamente, REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, NO TODO OU EM PARTE, quaisquer próteses dentárias, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes dos serviços ou dos materiais empregados, dentro de um período de garantia de 03 (três) meses.

Por estar de acordo, assino.

Alterosa - MG, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo
(representante legal)



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II

MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 111/2025

CREDENCIAMENTO Nº 13/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS), A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÓTESES A SEREM FORNECIDAS PELA REDE PÚBLICA.

Nome _____, inscrito no CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, residente e domiciliado à Rua _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Alterosa/MG praticar os atos necessários com relação ao credenciamento de _____ na modalidade de inexigibilidade nº _____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar propostas, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e, em especial, para a chamada pública número ____/2025.

Local, data

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III

MODELO - DECLARAÇÃO REGULARIDADE COM O EXIGIDO NO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 111/2025

CREDENCIAMENTO Nº 13/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS), A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÓTESES A SEREM FORNECIDAS PELA REDE PÚBLICA.

À

Prefeitura Municipal
de Alterosa - MG

DECLARAÇÃO

Nome _____, inscrito no CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, declara sob as penalidades cabíveis, que não utiliza em atividades laborativas, noturnas, perigosas ou insalubres menores de 18 (dezoito) anos, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Declara, portanto, estar regular com o exigido no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local: _____, ____ de _____ de _____

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO DO NEPOTISMO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 111/2025

CREDENCIAMENTO Nº 13/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS), A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÓTESES A SEREM FORNECIDAS PELA REDE PÚBLICA.

À

Prefeitura Municipal de Alterosa
Alterosa - MG

(Empresa) _____, CNPJ nº _____ sediada à Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____/_____, declara para os devidos fins que:

- a) tem conhecimento de que o Município de Alterosa – MG adota o princípio Constitucional da legalidade, com observância ao artigo 37 da Constituição Federal e, analogicamente, ao Decreto Federal n.º 7.203, de 4 de Junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração pública federal;
- b) em cumprimento ao Decreto 7.203 de 04 de junho de 2010, não contrata e não contratará, durante toda a vigência do contrato, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança e que preste serviço nesta entidade;
- c) considera “familiar” o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO V

MODELO - DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 111/2025

CREDENCIAMENTO Nº 13/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS), A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÓTESES A SEREM FORNECIDAS PELA REDE PÚBLICA.

À Prefeitura Municipal de Alterosa/MG

DECLARAÇÃO

A Pessoa Física _____, inscrito no
CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº
_____ expedida pela _____ declara:

Que não existem fatos impeditivos para a participação na presente INEXIGIBILIDADE
____/2025; Que não se acha suspensa ou declarada inidônea para propor ou contratar com a
Administração Pública, nos termos dos incisos e Artigos da Lei 14.133/2021; e que nos termos do
art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para a
INEXIGIBILIDADE nº ____/2025, cujo objeto é o
_____, conforme especificações
e quantidades estimadas no Anexo I.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local: _____, ____ de _____ de _____

Nome do responsável



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2025

Contrato de _____, que entre si fazem, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE ALTEROSA, e de outro, como CONTRATADA, _____, de conformidade com as cláusulas estabelecidas abaixo:

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1. - DO CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ALTEROSA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.243.238/0001-03, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas, 310, Centro, CEP: 37.145-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Marcelo Nunes de Souza, brasileiro, divorciado, dentista, residente e domiciliado nesta cidade à Praça Getulio Vargas, nº 360, portador da Carteira de Identidade nº M-3.837.788 SSPMG e inscrito no CPF sob o nº 726.362.036-72.

1.2. - DA CONTRATADA

_____, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº _____, cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, residente e domiciliado à rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____.

1.3. - DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº ____/2025, Inexigibilidade ____/2025, Credenciamento de número ____/2025, conforme a Lei Federal nº 14133/21. Onde este contrato for omissivo, prevalecerá o disposto na Lei 14133/21.

CLAUSULA II - DO OBJETO

2.1. - DO OBJETO

- 2.1.1. - O presente instrumento tem como objetivo o CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS), A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DO ACESSO ÀS PRÓTESES A SEREM FORNECIDAS PELA REDE PÚBLICA.

CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. - DO PRAZO

- 3.1.1. - O presente contrato terá vigência da sua assinatura até 31/12/2025.

3.2. - DO VALOR

- 3.2.1- Pelo fornecimento do objeto do presente contrato o Município pagará o valor de R\$ _____.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



3.3. - DO PAGAMENTO

- 3.3.1. - Município de Alterosa procederá ao pagamento dos serviços no preço ofertado, em moeda corrente nacional, até o 15º dia do mês subsequente após os serviços realizados.
- 3.3.2. - As notas fiscais deverão ser apresentadas até o 2º dia útil de cada mês, com o fechamento do mês anterior, contendo a descrição, quantidades e os valores dos serviços realizados.
- 3.3.3. - A contratada deverá possuir conta corrente em nome da pessoa jurídica para fins de depósito dos valores devidos.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. - As Dotações Orçamentárias destinadas ao pagamento dos objetos licitados são as previstas na Lei Orçamentária Anual de 2025:

02.005 - EXECUTIVO / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
1011 - ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE
10.301 - Saúde / Atenção Básica
2.137 - MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA
655 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços a serem realizados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 5.2. - Fiscalizar e supervisionar a realização dos serviços a serem realizados, sem prejuízo das prerrogativas do Município, garantindo a eficácia.
- 5.3. - Indenizar terceiros e/ou ao Município de Alterosa, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Credenciada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 5.4. - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento;
- 5.5. - Zelar e garantir a boa qualidade na realização dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 5.6. - Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes da realização dos serviços;
- 5.7. - Os serviços propostos e eventualmente contratados serão executados pela Proponente Credenciada, obedecendo às normas e especificações técnicas que regulamentam este tipo de procedimento, utilizando materiais e mão de obra de primeira linha, de modo que os serviços executados tenham padrões de qualidade compatíveis com os de mercado;
- 5.8. - Os pacientes serão selecionados nas Unidades de Saúde locais, pela Equipe de Saúde Bucal do



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



Município, de acordo com critérios que levarão em conta: condições socioeconômicas, condições de saúde bucal, urgência da intervenção, ordem de atendimento e demanda contratada;

- 5.9. - Após a seleção do paciente pela Equipe de Saúde Bucal, o beneficiado será encaminhado para o atendimento, quando dará início aos procedimentos odontológicos;
- 5.10. - O prazo de execução dos serviços de prótese total e parcial será de 30 dias, contados a partir da primeira consulta do paciente;
- 5.11. - A produção mensal das próteses será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Alterosa/MG, que mensalmente irá autorizar ao laboratório contratado a confecção das mesmas conforme demanda existente;
- 5.12. - Todos os serviços correlatos, compreendendo consultas iniciais, avaliação para encaminhamento serão realizados por profissional odontólogo da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.13. - A produção de próteses dentárias fica sujeita à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, bem como da capacidade de oferta apresentada pelo Credenciado;
- 5.14. - Os serviços serão executados no laboratório da credenciada.
- 5.15. - Acatar e respeitar as rotinas estabelecidas.
- 5.16. - Participar das reuniões convocadas pela coordenação/direção do serviço.
- 5.17. - Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrir, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;
- 5.18. - Acatar as deliberações da direção técnica e administrativa do local;
- 5.19. - Cumprir com todas as atribuições e obrigações descritas neste instrumento e previstas nas legislações pertinentes ao exercício das atividades da profissão.

CLÁUSULA VI DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. - Emitir a nota de empenho;
- 6.2. - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Credenciada;
- 6.3. - Exercer a fiscalização no ato da realização dos Serviços, na forma prevista na Lei nº 14133/21, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, regulando, acompanhando, avaliando, controlando e auditando a execução realizada in loco e/ou através de relatórios/documentos, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal;
- 6.4. - Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato;
- 6.5. - Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Termo.

CLÁUSULA VII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

- 7.1. - Caberá aos Responsáveis pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal, Estado de Minas Gerais observado o artigo 170 da Lei Federal número 14.133/21, juntamente com o Secretário responsável, o acompanhamento e fiscalização do contrato.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



7.2. - A contratada nomeia o(a) Sr.(a) _____ (qualificação) para fiscalização e acompanhamento do contrato.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155, da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. - Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.11. - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto a condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa;

8.1.12. - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

8.1.13. - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1. - Advertência pela falta do subitem 8.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. - Multa de 20 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.2 a 8.14;

8.2.3. - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.3 a 8.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4. - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Prefeitura Municipal, da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.9 a 8.14, bem como nos demais casos que justifiquem a



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



imposição de penalidade mais grave.

8.3. - Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. - a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. - as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. - os danos que dela provierem para a Prefeitura Municipal;

8.3.5. - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.5. - O recolhimento das multas referidas deverá ser feito, através de guia própria, ao MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

8.6. - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.8. - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.9. - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.10. - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.11. - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA IX - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. - A extinção do presente contrato poderá ser determinada conforme artigo 137 a 139 da Lei 14.133/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA X - DA INDENIZAÇÃO

10.1 - Ocorrendo a rescisão, à contratada caberá receber o valor dos serviços realizados até a data da rescisão, desde que observado o item da cláusula IX do presente Contrato.



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Areado, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Alterosa - MG, ____ de _____ de 2025.

MARCELO NUNES DE SOUZA
Prefeito Municipal de Alterosa

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome

Assinatura

CPF

_____	_____	_____
_____	_____	_____



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

1. DO OBJETO

Credenciamento de Serviços Especializados (Confeção de Próteses Dentárias), a fim de garantir a continuidade e ampliação do acesso às Próteses a serem fornecidas pela Rede Pública.

2. JUSTIFICATIVA

A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, necessita destes Serviços, objeto deste Termo de Referência, para garantir a continuidade da Política Pública de Saúde Bucal, conforme diretrizes do SUS, visando proporcionar reabilitação funcional e estética aos Pacientes, impactando na mastigação, fala, nutrição e autoestima, atender à elevada demanda de próteses dentárias no Município, assegurar maior eficiência, economicidade e qualidade, por meio do credenciamento de múltiplos fornecedores, reduzir o tempo de espera dos Pacientes, com atendimento integral e humanizado.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do Credenciamento, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado;
- 3.1.2. Certificado de Regularidade do responsável técnico indicado pela Empresa Credenciada expedido pelo Conselho Regional de Odontologia – CRO;
- 3.1.3. Certificado de Regularidade da Empresa Credenciada expedido pelo Conselho Regional de Odontologia – CRO;
- 3.1.4. Comprovante de vínculo entre a Empresa Credenciada e o Responsável Técnico indicado, mediante cópia do registro em Carteira de Trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da Empresa. Caso o Responsável Técnico seja dirigente ou Sócio da Empresa Credenciada, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da Ata da Assembléia de sua investidura no cargo ou cópia do Contrato Social.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas de direito privado, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público;

5. PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 5.1. O período para a entrega dos envelopes contendo toda a documentação será indicado no Edital.

6. DOCUMENTOS - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.1.1. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual;



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 6.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus Administradores;
- 6.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7. DOCUMENTOS - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 7.1.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MG);
- 7.1.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);
- 7.1.3. Prova de Inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da Credenciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.1.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao Domicílio ou Sede da Credenciada;
- 7.1.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 7.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8. DOCUMENTOS – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.1.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Credenciada válida na data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Credenciamento.

9. DO PRAZO RECURSAL

- 9.1. A Entidade que for considerada inabilitada ou não credenciada terá o prazo para interpor recursos nos termos do disposto no art. 164 da Lei 14.133/21. A entidade requerente deverá apontar e argumentar, de forma clara e objetiva, as razões que a levam ao pedido.

10. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O Setor de Compras e Licitações poderá celebrar contrato de prestação de serviço nos termos da minuta do Contrato, com a empresa considerada credenciada após comprovação das aptidões necessárias discriminadas neste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. DA CREDENCIADA

- 11.1.1. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos Serviços a serem realizados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- 11.1.2. Fiscalizar e supervisionar a realização dos Serviços a serem realizados, sem prejuízo das prerrogativas do Município, garantindo a eficácia na realização dos Serviços.
- 11.1.3. Indenizar terceiros e/ou ao Município de Alterosa, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Credenciada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.
- 11.1.4. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento;
- 11.1.5. Zelar e garantir a boa qualidade na realização dos Serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 11.1.6. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir decorrentes da realização dos Serviços;
- 11.1.7. Ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegrir, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos;

11.2. DA CREDENCIANTE

- 11.2.1. Emitir a nota de empenho;
- 11.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Credenciada;
- 11.2.3. Exercer a fiscalização no ato da realização dos Serviços, na forma prevista na Lei nº 14133/21, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, regulando, acompanhando, avaliando, controlando e auditando a execução realizada in loco e/ou através de relatórios/documentos, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal;
- 11.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato;
- 11.2.5. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Termo.

12. TERMO DE CREDENCIAMENTO

- 12.1. A Credenciada prestará seus serviços de maneira excepcional, não gerando qualquer tipo de vínculo com a Administração Pública Municipal;
- 12.2. A Credenciada deverá estar de prontidão imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

13. MODALIDADE

CREDENCIAMENTO

Embasamento: Utiliza-se a instrumento do **Credenciamento** para as contratações por inexigibilidade, disposto no artigo 6º, XLIII, da Lei 14.133/21:

“XLIII – credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados”.

Pelo credenciamento se operacionaliza contratação por inexigibilidade nos seguintes casos:



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) Necessidade de contratação simultânea, paralela e não excludente, de mais de um dos agentes do mercado;
- b) Casos em que o contratante é o Poder Público, mas o usuário do serviço é um terceiro, a quem cabe a seleção do prestador;
- c) Situações de mercados fluidos, nos quais a variação dos preços praticados é freqüente a ponto de inviabilizar a realização de licitação (art. 78).

14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de Saúde tem a responsabilidade para autorizar, conferir e fiscalizar a perfeita execução do Contrato nos termos acertados, as quais deverão encaminhar, à responsável pela gestão do Contrato, todas as ocorrências apresentadas.

15. VIGÊNCIA

12 (doze) meses.

16. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RESPECTIVOS ELEMENTOS DE DESPESA

As Despesas correrão nas Dotações Orçamentárias e Respectivos Elementos de Despesa vigentes referentes ao Objeto, no ano do Exercício da Contratação.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado, em parcela única, até o 15º dia útil subsequente ao da realização dos Serviços após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, com a quantidade e valores monetários referentes à execução, mediante comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, (Tributos, Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Seguridade Social, (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT).
- 17.2. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação pela Secretaria Municipal de Saúde. A Nota Fiscal que apresentar incorreção será devolvida à ADJUDICATÁRIA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo ADJUDICANTE.
- 17.3. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos Serviços realizados e estar devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de servidores designados. A Secretaria Municipal de Saúde encaminhará a Nota Fiscal à sessão financeira. O pagamento se fará mediante a apresentação dos documentos de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, sem as quais o pagamento ficará retido. Na hipótese de irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

18. SANÇÕES CONTRATUAIS

- 18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, ficando a mesma, garantida defesa prévia, sujeita às seguintes penalidades:
 - 18.1.1. Advertência.
 - 18.1.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
 - I – 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor dos Serviços não realizados no prazo.
 - II – 20% (vinte por cento) sobre o valor dos Serviços, no caso de atraso superior



MUNICÍPIO DE ALTEROSA ESTADO DE MINAS GERAIS



a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento do Contrato.

III – 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da Contratada, injustificadamente, desistir do mesmo ou ficar proibida pela fiscalização competente de realizar os Serviços por dolo ou culpa.

18.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de Alterosa pelo prazo de 03 (três) anos.

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na DO ART. 163 da Lei 14.133/21, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.

O recolhimento das multas referidas anteriormente realizar-se-á através de guia própria, em favor do MUNICÍPIO DE ALTEROSA, Estado de Minas Gerais, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data em que for aplicada a multa.

19. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS – QUANTITATIVO – VALORES MONETÁRIOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO – A – R\$	VALOR UNITÁRIO – B – R\$	VALOR UNITÁRIO – C – R\$	MÉDIA – VALOR UNITÁRIO – R\$	MÉDIA – VALOR TOTAL – R\$
01	PRÓTESE TOTAL MAXILAR REMOVÍVEL	UNID	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,00
02	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	UNID	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,00
03	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	UNID	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,00
04	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	UNID	500	275,00	300,00	250,00	275,00	137.500,00

20. EMPRESAS COTADAS

EMPRESA		CNPJ
A	THAYNÁ ROCHA RICCI - MG	09.910.255/0001-05
B	GLICEIA F. MADEIRA AZOLA - ME	12.264.951/0001-57
C	WILSON JOSÉ ALVES - ME	17.735.228/0001-22

Alterosa/MG, em 18 de Agosto de 2025.

Mara Aparecida de Oliveira Monteiro
Secretária Municipal de Saúde